

PAULO
JORGE
PEREIRA

MURRO NO ESTÔMAGO

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
NA PRIMEIRA PESSOA

Por quem sofre
e por quem a combate

INFLUÊNCIA

APAV **30** Anos
30 ANOS
DE LUTA
POR UM BRASIL
SEM VIOLÊNCIA
Apoio à Vítima

ÍNDICE

Nota do Autor

11

Prefácio

15

ALICE

19

Daniel Cotrim

31

BEATRIZ

49

Aurora Dantier

63

Carlos Farinha

71

CARLA

77

Ana Teresa Silva

95

DEOLINDA

103

Maria Fernanda Alves

113



PATRÍCIA

123

Cristina Soeiro

139

SÓNIA

147

Carolina Reis

171

TELMA

179

Cátia Rodrigues

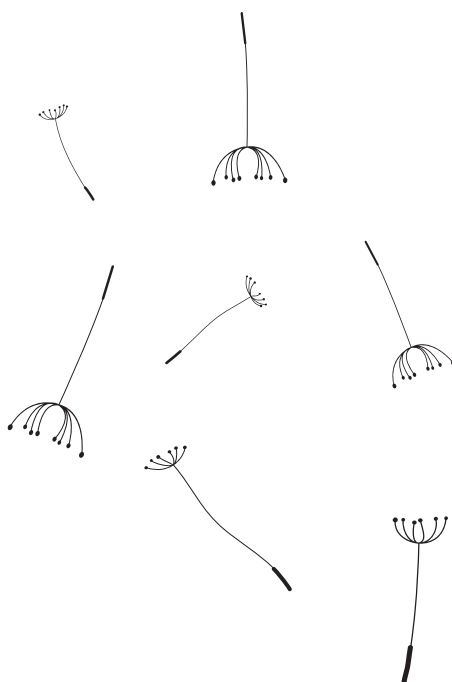
185

Folha informativa

197

Contactos úteis

203



Alice



QUERO CONTAR-VOS A MINHA HISTÓRIA
PARA QUE MAIS NINGUÉM TENHA MEDO DE CONTAR A SUA.
PARA QUE MAIS NINGUÉM SOFRA.

Quero contar-vos a minha história para que mais ninguém tenha medo de contar a sua. Para que mais ninguém sofra. Para que não haja mais mulheres agredidas, espancadas, humilhadas, arrastadas do seu espaço, do seu conforto, das suas casas, das suas famílias, dos seus direitos. Para que, de uma vez por todas, a sociedade perceba que não basta ter pena, encolher os ombros e seguir em frente. Que precisamos de ajuda. Que não somos bonecas que se atiram fora e se desprezam, nem merecemos a raiva daqueles que se fartam de dizer que nos amam e depois só têm atos de brutalidade e selvajaria, como, por exemplo, me aconteceu quando eu estava grávida de 7 meses. Ele ia a fumar dentro do carro, como se as meninas não estivessem lá, e como eu lhe chamei a atenção, abriu a porta do carro, empurrou-me, caí do carro em andamento, e ele, com um tom que não se dirige a ninguém, muito menos a uma pessoa de quem se gosta, gritou: «Devias morrer, tu e essa coisa que trazes dentro de ti!» Como é que situações destas podem acontecer? «Essa coisa» era a filha dele! Como é que alguém assim pode ser gente, pode ser humano? Como é que se trata outra pessoa desta maneira? Sim... já estou a chorar e isso vai acontecer mais vezes, à medida que for contando e lembrando o que me aconteceu. No dia em que as lágrimas deixarem de correr é sinal de que terei superado tudo. Mas não sei se alguma vez serei capaz disso.



Nasci no Brasil, no Estado de São Paulo, onde os meus pais foram imigrantes durante 14 anos. Vim para Portugal com 3 anos e não me lembro dos tempos que passei por lá. Sou filha única, adotiva,

a minha mãe não podia ter filhos, pelo que me adotaram. Não me lembro de muita coisa de quando cheguei, só tenho memórias a partir dos 8 ou 9 anos, que coincide com a altura em que soube que era adotada. Marcou-me muito e continua a ser um assunto que mexe muito comigo. Sempre quis saber quem é a minha mãe biológica e tudo o que envolve o meu passado... Choro sempre que penso nisto, porque é um aspeto da minha vida que acho que nunca vou conseguir ultrapassar.

Fiquei a saber a verdade numa festa de anos, numa brincadeira entre primos. Uma prima disse-me: «Cala-te, que tu foste adotada!» Aquilo ficou-me gravado na alma, mas nunca consegui ter uma conversa muito profunda em relação a isso com os meus pais. Chegámos a falar, sim, soube que tenho mais irmãos biológicos e que a minha mãe deu mais filhos para adoção porque vivia numa situação de muita carência. Sei também que a minha mãe era mestiça e que o meu pai era branco, mas de resto não sei mais nada. A minha mãe adotiva já faleceu e o meu pai foge sempre que eu toco neste assunto; acho que tem medo de que eu vá à procura da minha família biológica. Muito sinceramente, já não tenho esperanças de descobrir nada...

Quando viemos para Portugal, fomos viver para o Norte. O meu pai sempre trabalhou fora como carpinteiro e a minha mãe era doméstica. Eu ia de manhã para a escola, mas depois das aulas ia com a minha mãe para os campos, onde ela trabalhava e eu a ajudava. Não tinha amigos, nem tempo para brincar. O meu pai nunca me deu liberdade. Para ele, eu era uma florzinha de estufa, que tinha de estar ali naquela redoma; não foi uma infância fácil. Sentia carinho da parte da minha mãe, mas o meu pai era mais frio. Não passei fome, nem nunca me faltou nada. Ou melhor, se calhar faltou o mais importante: o carinho de um pai!

O meu primeiro momento de liberdade foi aos 18 anos quando saí de casa. Peguei na minha trouxa e fui viver para uma cidade maior, para o primeiro destino que me veio à cabeça. E fui sozinha. Comecei por viver numa pensão e os primeiros dias foram um choque porque eu nunca tinha visto o mundo da droga tão de perto e a fundo. Depois fui conhecendo gente, mudei de pensão, conheci mais gente e arranjei trabalho como embaladora de peças eletrónicas. Foram tempos muito bons em que era livre e só trabalhava à noite. Foi assim durante dois anos. Depois, numa noite, conheci um rapaz e passados uns tempos acabámos por ir morar juntos para casa da mãe dele. Sempre tivemos uma boa relação, ainda hoje nos damos bem. Entretanto, engravidei do meu filho mais velho, agora com 14 anos. A mãe dele sempre foi o nosso pilar, sempre nos encaminhou e ajudou. Agora vejo isso dessa maneira, mas na altura não... Passeávamos, saíamos juntos com o menino e corria tudo bem, mas, quando a senhora faleceu, a nossa relação acabou. Não tenho uma explicação para isso, decidimos assim e cada um seguiu o seu caminho, mas ficámos sempre amigos e ele continua a ser um dos meus maiores apoios. O menino tinha 8 anos quando nos separámos e não foi nada fácil, apesar de termos ficado a morar perto um do outro, de o pai o ir buscar à escola, de o levar a casa; muitas vezes até almoçávamos os três.

Já depois de ter nascido o meu filho, consegui uma vaga para trabalhar no Instituto Português de Oncologia (IPO) do Porto, onde fiquei durante cerca de 13 anos. Não é um sítio fácil para trabalhar, mas gostei muito, porque gosto dessa área e de geriatria. Eu era auxiliar de ação médica e sinto saudades de muitos dos doentes que lá conheci. No início foi um grande choque. Pensamos que estamos preparados para lidar com aquele sofrimento todo, mas não estamos. Mas à medida que o tempo passava e eu via o aconchego que

podia dar às pessoas, com algo tão simples como uma boa palavra ou um simples «vai ficar tudo bem», tornou-se reconfortante. Ainda hoje mantenho contacto, através de uma rede social, com um senhor que conheci lá. Ele esteve muito mal, mas recuperou e manda-me sempre mensagens no Natal, nos meus anos, sempre, sempre, sempre... Nunca se esquece. Há pessoas que me marcaram muito, como é o caso de um rapaz que estava nos cuidados paliativos. Ele sofria tanto, nem dá para explicar por palavras o sofrimento daquele rapaz! Acabou por falecer, mas tínhamos uma ligação tão boa que ele percebia logo quando eu estava em baixo e era o próprio a dar-me palavras de conforto! E eu pensava para mim: *Como é que tu, estando nessa situação, consegues animar-me?!*

Estou a chorar outra vez... Acontece-me sempre quando penso nele e naquela experiência tão delicada... Aprendi que a vida são dois dias e que, muitas vezes, não vale a pena estarmos a massacrar-nos por coisinhas sem importância ou a queixarmo-nos por insignificâncias. Vendo aquelas pessoas, elas, sim, estão mal, cheias de sofrimento e de dor...

Algum tempo depois de terminar a relação com o pai do meu filho conheci outra pessoa e essa relação já não foi nada, nada fácil. Conhecemo-nos no café de uma colega minha. Ela estava a precisar de alguém que fosse trabalhar à noite e eu conseguia conciliar porque o pai do meu menino ficava com ele e eu fazia umas horas extra. Ele era irmão do marido da minha colega e, ao fim de meio ano, começou a ser muito violento comigo. Já tinha maus instintos e tudo piorou depois de eu ter tido a minha filha. Não me lembro bem da primeira vez que ele me bateu, mas nunca me esquecerei daquela vez em que me bateu tanto, mas tanto que fiquei toda negra de um lado. Depois obrigou o meu filho a dizer às pessoas que tinha sido

ele a fazer-me aquilo numa brincadeira, a jogar à bola no jardim. É óbvio que ninguém acreditou, mas eu nunca disse nada, nem fiz queixa, porque tinha medo, ele estava sempre a ameaçar-me.

Nessa altura, fui obrigada a afastar-me do pai do meu filho porque ele não me deixava ter amigos. Mantive apenas contacto, e pouco, com o meu pai, e nem a ele contei o que se andava a passar. Afastei-me de todas as minhas amizades. Eu nunca consegui compreender por que razão ele me batia, e discutia com ele, não me ficava! Se calhar por isso é que levei tanta porrada. Uma vez agrediu-me na cara com uma soqueira e ainda hoje não sei como é que ele não me partiu o maxilar. Tive imensas dores e fartei-me de chorar.

Quando a minha filha nasceu, o meu pai comprou-me um apartamento e isso impedia-me de tomar a iniciativa de me ir embora. A casa era minha e eu não queria sair, além disso o apartamento da família dele ficava muito perto. Quando a menina tinha pouco mais de 1 ano, ele foi preso por tráfico, falsificação de cheques e de documentos e agressão, apanhou cinco anos e quatro meses, e eu fui ao tribunal pedir para ficar com a custódia da minha filha. No julgamento ele insultou-me. Foi muito feio, a ponto de a juíza o mandar sair. Nessa altura, ela perguntou-me: «Ele é sempre assim tão agressivo?» E foi aí que contei tudo.

Fui vê-lo à prisão duas vezes com a minha filha, em 2015, e, mesmo com a presença dos guardas prisionais, ele foi muito agressivo. Na segunda visita foi ainda pior, tratou-me muito mal e eu não voltei lá. Ele está prestes a sair e eu tenho muito medo. Há uns tempos, saiu uns dias de precária, e da prisão avisaram-me logo, pedindo que os contactasse caso houvesse alguma situação anormal, já que ele sabe que eu estou numa casa de abrigo.

Mais tarde, conheci o pai das minhas filhas mais novas através de uma amiga que trabalhava numa confeitaria onde eu costumava ir depois de me afastar do pai da minha filha do meio. Um dia ela convidou-me para ir almoçar a casa da avó dela, com quem vivia, e o tio, que tinha regressado da Escócia, depois de 13 anos emigrado nesse país, estava lá. Conhecemo-nos, começámos a falar, e depois a minha amiga contou-lhe o que eu tinha sofrido com as agressões do meu anterior companheiro. Ao início, ele foi das pessoas que mais me acompanharam e ajudou com o processo no tribunal. Ao fim de algum tempo, começámos a namorar e depois tive mais uma filha, que tem agora 3 anos. Uns meses antes de a menina nascer, a minha cunhada mais nova morreu e ele passou uma fase muito má — era consumidor de drogas e teve uma recaída. No funeral dela foi muito feio, a ponto de ele se atirar para dentro da campa. Todos os que lá estavam perceberam o estado lastimoso em que ele se encontrava.

Um tio dele, que morava numa cidade do centro do país, convidou-nos a passar lá o fim de semana. Ele trabalhava em cargas e descargas e eu tinha deixado de trabalhar para tomar conta da minha cunhada. Depois da sua morte inscrevi-me para trabalhar numa empresa, mas, como ficava longe, perto da cidade onde o tio dele morava, propus-lhe que nos mudássemos para lá. Eu achava que ia ser bom porque o obrigava a afastar-se do sítio onde ia buscar as drogas. Então, falei com o meu pai, vendemos o meu apartamento e mudámo-nos. Foi a pior coisa que fiz na minha vida.

Começámos a trabalhar os dois na tal empresa; durante algum tempo estivemos em casa do tio dele, mas depois arranjámos uma para nós. Trabalhei lá meio ano, mas depois tive de meter baixa porque voltei a engravidar e o trabalho era demasiado pesado. Quando eu deixei de trabalhar, ele voltou a consumir drogas pesadas. Ficava

dias e dias sem ir trabalhar, entregue ao vício. Quando chegava a casa, era muito mau, vinha num estado desgraçado... Sempre pensei que quando nos afastássemos da zona onde ele comprava e consumia, tudo poderia resolver-se, até porque estávamos num meio mais pequeno, mas não. Quando o vício é grande, eles são capazes de tudo: ele chegou a deixar-me em casa sozinha com as crianças durante uma semana, para ir consumir. Voltar a consumir significou aumentar a violência contra mim. Cheguei a pegar nas coisas dele e deitá-las fora, mas isso era matá-lo, porque ele precisava delas para consumir. A nossa casa tinha um pátio com passarinhos e ele gostava muito deles, mas, quando ele se levantava a meio da noite para ir ver os passarinhos, isso trazia água no bico. Numa dessas vezes, levantei-me, fui espreitar e ele tinha tudo pronto para consumir. Peguei naquilo e deitei tudo no lixo, mas antes tirei uma fotografia para enviar à minha outra cunhada. Partiu-me o telemóvel todo. Ele tinha um revólver em casa, pegou nele e disparou contra a mesa. Por sorte, eu já tinha ido levar as miúdas à escola. Liguei logo ao meu pai pedindo-lhe que chamasse a polícia. Quando os agentes chegaram, disseram que não podiam fazer nada: «Tem de ser você a apresentar queixa», explicaram eles. Mas não o fiz e ainda hoje não me conformo com tudo o que ele me fez passar.

E choro, estão a ver? Porque ele sabia o que eu tinha sofrido antes dele e ainda foi capaz de fazer 30 vezes pior!

Numa ocasião em que ele foi ao Norte, onde às vezes ia buscar drogas, ainda não eram 7 da manhã quando quatro indivíduos me entraram em casa. Eu estava sozinha com as miúdas e foi horrível. Não me bateram, mas fartaram-se de me insultar e destruíram tudo. Dois ficaram no quarto comigo e com as minhas filhas, os outros vasculharam tudo. Chorei muito, eles gritavam para estar calada porque não iam

fazer-me mal, nem às miúdas, mas foram momentos assustadores... Devem ter pensado que eu não chamava a polícia, mas as minhas filhas estiveram em risco e eu apresentei queixa. O caso foi a tribunal, dois foram presos e outros dois estão fugidos.

A única pessoa que gostou de mim de verdade foi o pai do meu filho. O menino viveu sempre comigo, mas numa das últimas vezes em que fui agredida, saí de casa e chamei a polícia. O agente perguntou se eu queria ficar em casa e eu disse que não. O meu filho tinha ido passar o fim de semana com o pai e eu liguei ao meu ex-companheiro a avisar que ia sair de casa com as miúdas, pedindo que o menino ficasse com ele meia dúzia de dias até eu conseguir resolver a minha vida. Assim foi. Eu e as meninas estivemos 15 dias em casa do meu pai, mas depois acabei por voltar, também por causa delas. E por acreditar nas desculpas dele: «Perdoa-me, que não volta a acontecer; perdoa que não torno a fazer isto; perdoa, perdoa, perdoa...» Tudo mentiras... Aldrabices só para me enganar e convencer a voltar. E nós, burrinhas, perdoamos sempre. O problema é haver homens como estes, com maus instintos, falsos e manipuladores. São de tal maneira que, já depois de estar aqui na casa de abrigo, tornei a tratar de tudo para me ir embora e voltar para casa. Mas no dia em que estava a sair, liguei-lhe, e como estranhei a voz dele, fiz uma chamada de vídeo e percebi que ele tinha estado a consumir. Era óbvio que ele não estava normal, então resolvi ficar. Não vale a pena pensar que ele vai mudar, que vai ficar bem. A ausência dele está a fazer-me muito mal, e à minha filha do meio também, porque a menina se afeiçoou a ele e sente a falta dele. Ela pergunta muitas vezes pelo pai, apesar de ele ser o padrasto, mas é pior se forem criadas ilusões às crianças.

Quando saí de casa pela última vez, ele ameaçou que me batia a mim e ao meu filho com uma muleta que usava na altura depois de ter

sofrido um acidente. E aí percebi que não podia sujeitar o meu menino a coisas dessas. Nessa situação, as autoridades foram cinco estrelas, mas isso não aconteceu das outras vezes. Não são as vítimas que têm de sair de casa, eles é que têm de sair porque são os agressores! São eles que estão mal e não nós! Eu deixei tudo para trás, eu e as meninas saímos com a roupa que tínhamos no corpo! Choro lágrimas de raiva por ver a injustiça que sofremos. Além disso, sou obrigada a ficar longe do meu filho; não o vejo há meses. E aquele homem continua em casa, impávido e sereno como se nada tivesse acontecido. Eu podia ter morrido — pelo menos, naquele episódio da arma — e ninguém quis saber disso, a resposta sempre foi que não podiam fazer nada! Se é um crime público, a polícia podia ter ido lá, qualquer pessoa pode denunciar, mas não fizeram rigorosamente nada. Por medo, os meus vizinhos também nunca agiram. Uma vizinha, quando lhe pedi para ser testemunha, chegou a dizer-me: «Por muito que goste de ti, não vou porque tenho medo». Por um lado, compreendo, não querem ter problemas com ele, por outro, não entendo, porque, se fosse ao contrário, eu falava. A atitude das pessoas continua a ser um bocadinho de «deixa estar, aquilo resolve-se; é entre marido e mulher, eles resolvem, ainda vão voltar». Não têm sensibilidade, nem se colocam no nosso lugar, são até capazes de criticar e julgar e de dizer que «se aconteceu, é porque ela fez alguma coisa».

Fui eu que acabei por pedir ajuda à CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens); de lá ligaram para a Cruz Vermelha e depois vim para uma casa de abrigo. Mas a separação do meu filho está a matar-me! E choro. Muito. Sinto-me muitas vezes sozinha, desesperada, angustiada, porque não chega falar-lhe por telefone, preciso de estar com o meu menino. E tenho medo de que toda a violência a que os meus filhos assistiram os torne também agressores. O meu filho é uma criança muito meiguinha, mas receio que repita o que viu

ser feito à mãe. Ele costuma dizer: «Oh, mamã, se estiveres bem, eu também vou estar bem». Mas custa-me muito estar sem ele. O menino tem uma relação muito boa com as irmãs, elas adoram-no.

Cada vítima de violência doméstica tem a sua dor, a sua história, não há comparações possíveis. Estar na casa de abrigo é viver rodeada de apoio, de carinho e de ternura. As monitoras e toda a gente à nossa volta são cinco estrelas connosco, não tenho nada a apontar, mas é uma prisão no sentido em que não tenho a minha vida, o meu espaço, o meu cantinho. Fui independente, nunca precisei de ninguém e agora, aos 34 anos, tenho de estar à espera de que me deem alguma coisa. Isto condiciona-nos, não temos estabilidade.

Penso muitas vezes em refazer a minha vida, distante de tudo e de todos os que me fizeram sofrer. Por muito que diga que não, sei que vai aparecer outra pessoa e será preciso estar muito bem resolvida, na cabeça e no coração. Tenho de esquecer, começar do zero. Como o vou fazer, ainda não sei, porque estou sempre a lembrar-me das coisas mais terríveis. Mesmo que tente desligar ou que evite ver notícias sobre violência doméstica, porque me custa muito, revejo-me demasiado em vários casos, o sofrimento está cá bem no fundo. Se dormir duas horas durante a noite é muito, porque acordo diversas vezes a pensar em muitas das coisas que aqui contei. E, às vezes, ao andar na rua imagino que vejo algum dos homens que me magoaram, sobretudo quando passo por pessoas que andam a pedir para se drogar. Apesar de todo o mal que me fez, sinto pena do pai das minhas filhas mais novas, porque ele não vai ter ninguém que o apoie e vai acabar muito mal.

Daniel Cotrim

Assessor técnico da direção da APAV há cerca de 20 anos, psicólogo, responsável na organização pela área da violência doméstica e de gênero e pelas casas de abrigo para mulheres e crianças vítimas de violência

Há três vias para acolher as pessoas que são vítimas de violência doméstica. A mais comum, porque somos instituição de porta aberta, com inúmeros gabinetes em todo o país, passa por as vítimas se dirigirem aos nossos gabinetes de apoio. Chegam, em grande parte dos casos, sem perceber muito bem o que é que a nossa organização pode fazer por elas, mas com aquela percepção de que poderão ter sido vítimas de alguma coisa que não é a mais correta. Nunca falam do assunto como se se tratasse de um crime — sentem-se vitimadas e humilhadas, mas sem a certeza de que foram alvo de um crime. Estas representam a grande maioria, pois estamos a falar de mais de 80 % das pessoas que procuram a APAV.

Um outro grupo de vítimas chega-nos através da nossa linha de apoio — o número 116006 —, para pedir informações. Na conversa telefónica com o técnico de apoio é comum começarem a falar de um conjunto de outras situações e, quando o profissional deteta que se trata de um caso de violência doméstica, aquilo que faz, durante o telefonema ainda, é avaliar o grau de risco, pensar num plano de segurança pessoal e propor uma de duas opções: indicar o gabinete da APAV mais próximo da residência da vítima para que esta se possa dirigir lá e receber apoio presencial, ou combinar que o técnico marcará esse atendimento. Cerca de 90 % das pessoas optam por esta segunda hipótese, ficando acordado que, no prazo de 72 horas, um técnico do gabinete mais próximo da área de residência da vítima a irá contactar. O que se pretende é que o sistema seja amigável, isto é, não faz sentido as pessoas terem de repetir as mesmas coisas, até porque sabemos que, muitas vezes, isso é o que as leva a desistirem dos processos. É quase como se o sistema lhes dissesse *Repete porque ainda não ouvi bem e, por isso, não acredito em ti*. As vítimas sentem isto,

portanto, se quem tem de apoiar conseguir recolher a informação e com isto ajudar o próprio profissional a preparar a intervenção seguinte, mesmo que depois as pessoas devam acrescentar mais informação, evita-se a vitimação secundária — a grande vantagem deste procedimento.

No caso de alguém entrar em linha em plena situação de crise, a meio de um ato de violência, articulamos de imediato com as autoridades para que estas acorram rapidamente ao local para porem um fim ao incidente. Isto tem de ser feito sem perder o contacto telefónico com a pessoa e sempre com o seu consentimento.

Há ainda uma outra possibilidade de pedido de ajuda, que acontece quando há um encaminhamento através das forças de segurança. Nestas situações, a vítima apresenta uma queixa e são as forças de segurança que indicam o gabinete da APAV mais próximo, para que a pessoa possa ter apoio psicológico, social e alguma informação jurídica.

Na grande maioria das situações, as vítimas chegam-nos na última das últimas, depois de no próprio dia ou na véspera ter acontecido algo verdadeiramente desestabilizador e que as fez tomar consciência de que o que estão a viver não é nada bom. Terá sido um abuso de tal forma profundo que a deixou aterrada e a pensar que «se calhar, da próxima vez vai ser pior». Ou, então, sofreram ameaças de morte. As mesmas ameaças que tinham vindo a ouvir soaram desta vez mesmo sérias, ou, eventualmente, porque já envolve os filhos, que foram alvos de abuso, atacados ou agredidos. Inúmeras vezes as vítimas trazem tudo isto sem a real noção do que lhes está a acontecer.

Desta forma, o primeiro trabalho que fazemos na APAV é de suporte emocional, o que nós chamamos os **primeiros socorros emocionais**, porque é frequente que esta seja a primeira vez que as vítimas falam sobre isto a terceiros. É preciso *desocultar* os problemas sem fazer juízos de valor e sem que as

vítimas sintam que o profissional à sua frente está a assumir ideias erradas. Temos de saber ajudar as pessoas a recontarem e a reconstruírem aquilo que lhes aconteceu do ponto de vista factual, uma vez que isso será importante para avançarem com ações no plano jurídico e judicial.

Na maioria das vezes, as pessoas chegam aqui sem grandes expectativas sobre o que lhes vai ser feito e entram nos nossos gabinetes para ouvir o que lhes vão dizer. Em muitos casos concordam e colaboram com o que lhes é dito, admitindo que há um conjunto de ações que têm de fazer. Na APAV trabalhamos muito para a autonomia, responsabilização, capacidade de decisão — algo que, normalmente, é retirado a estas pessoas. Elaboramos um plano de segurança personalizado, adequado a cada caso e com uma série de informações, plano esse que deve ser revisto diariamente. Muitas situações implicam um *follow-up* — não basta que a avaliação de risco nos indique um risco moderado para que isso impeça um homicídio, ou que uma avaliação de risco severo aponte mesmo para um desfecho trágico. Pode nunca chegar a haver homicídio, mas esta previsão ajuda-nos, e às vítimas, a construir um plano de segurança.

Temos outras situações em que as pessoas vêm completamente desesperadas com malas e filhos, e chegamos a ouvir «Estou aqui e para casa não volto!» Estes casos implicam um trabalho de intervenção na crise — é preciso estabilizar emocionalmente as pessoas, avaliar os graus de risco, perceber bem o que se está a passar no plano factual e, a partir daí, estabelecer com os nossos parceiros todas as sinergias possíveis que ajudem na resolução, pelo menos numa primeira fase de urgência do próprio caso.

Primeiro que tudo, é preciso que as pessoas reconheçam que estão a ser vítimas de um crime. Uma coisa é admitir que se tem medo e que não se volta para casa, outra coisa é reconhecer que, do ponto de vista jurídico, se está a ser vítima de um crime e que precisa mesmo de ajuda. Em muitos casos, quando

começamos a enumerar as diversas hipóteses às pessoas, estas recuam. Por quê? Porque a distância permitiu que os nervos esfriassem. Nesses casos, chegamos a ouvir «Se isto já me aconteceu outras vezes e consegui ultrapassar, acho que vou dar mais uma oportunidade». O trabalho do profissional passa também por saber entrar neste jogo que, por vezes, é muito complicado, cansativo, moroso e, sem dúvida, frustrante. Quando vemos que o grau de risco é muito grande, e por muito duro que pareça, pode passar quase por salvar vidas de imediato. Os profissionais e as vítimas têm uma percepção do risco muito diferente — aquilo é o dia a dia das vítimas, elas são especialistas em violência doméstica, mais ninguém o é como elas. Os profissionais têm de ser capazes de ouvir o que elas estão a dizer e depois intercalar com o apoio através do saber, da experiência e dos instrumentos que têm à disposição.

A noção de risco não é a mesma para todas as vítimas. Há mulheres que durante toda a vida sentiram que poderiam ser assassinadas pelo companheiro. Faz parte da existência delas.

As casas de abrigo e as vagas de emergência são, para nós, o fim de linha. Em primeiro lugar, recorreremos à rede social de apoio destas pessoas, que são os amigos e os familiares. Há 15 ou 20 anos as redes de apoio mais próximas estavam mais disponíveis, no entanto, não era raro ouvirmos mães ou pais dizerem: «Eu também passei por isso e aguentei, portanto, ela que aguente». Ainda assim, apesar das críticas, era mais fácil conseguir que algum familiar ou amigo recolhesse a vítima. Hoje, em 2020, o discurso mantém-se igual, com a agravante de que a rede é menor. Nessa altura, não tínhamos tanta necessidade de «empurrar» as vítimas para os nossos espaços de acolhimento.

Tudo isto se torna ainda mais complicado porque recebemos pessoas muito jovens, que trazem consigo vários filhos, e isto é bastante duro para os profissionais, pois temos crianças com idades diferentes que vão deixar de ir à escola, vão cortar relações com os amigos e deixar de ver as pessoas que faziam parte

do seu dia a dia. Como é que se preparam crianças de 5 anos ou adolescentes de 13, 14, 15 anos para isto? O que é que se diz às mães que nos surgem com filhos de 19 ou 20 anos que não vão ser aceites em casas de abrigo se forem do sexo masculino e por causa da idade? E também não serão aceites noutros sítios porque os centros de acolhimento só aceitam dependentes até aos 18 anos...

A lei diz que se acolhem nas casas de abrigo rapazes e raparigas até aos 18 anos. Após esta idade, a realidade da APAV mostra-nos que as raparigas adultas são acolhidas com as mães; quanto aos rapazes, por definição e prática geral, a APAV não separa agregados familiares. Se existe da parte de um filho maior o desejo de acompanhar a mãe, aquilo que fazemos é estudar a melhor forma de a seguir neste processo de segurança que, muitas vezes, para ele é igualmente um processo de segurança, na medida em que também sai do contexto de violência — ou vendo se há possibilidade de familiares que residam relativamente perto do local onde a mãe fica acolhida o recolherem, ou, não havendo, recorrendo a organizações nossas parceiras para que acolham esse filho de modo que fique junto da mãe. Depois, vamos incluindo na medida do possível o filho nas rotinas da vida da mãe que está na casa de abrigo.

Estas situações não acontecem muitas vezes, porque usualmente esses filhos que são maiores já estão em processo de quase autonomização, pelo que decidem não acompanhar a mãe; outras vezes, decidem ficar com o pai, mesmo sendo este o agressor, uma vez que não se sentem em risco. A avaliação é feita caso a caso. Os filhos que são maiores de idade tomam as suas decisões. Às vezes, há situações dramáticas de mães que vêm para a casa de abrigo e cujos filhos dizem «mas eu também quero ir, pois não posso ficar aqui porque a violência acontece sobre ti, mas também sobre mim». O que fazemos é trazer todo o agregado familiar, avaliando de antemão quais as soluções existentes. E isso pode passar por esses jovens adultos ficarem a dormir em pensões. A intervenção de apoio do Estado a jovens termina quando completam 18 anos, pelo que esta questão fica a cargo das próprias organizações.

«A violência doméstica é democrática. Atinge todos os sexos, todas as idades, todas as cores. De todo o lado Em todo o lado»

Daniel Cotrim, *in* Prefácio

Os números não enganam: em Portugal, a violência doméstica matou mais de 500 mulheres nos últimos 15 anos. Na esmagadora maioria, as vítimas são mortas por homens em contexto de relações de intimidade ou familiares.

Paulo Jorge Pereira reúne, neste livro, as histórias de vítimas e sobreviventes. Relatos emocionantes, duros e crus na primeira pessoa; exemplos deixados com a esperança de que a história de quem os lê possa ser diferente. A estas histórias juntam-se, pela primeira vez em livro, os testemunhos de profissionais que combatem o fenómeno e se empenham na defesa de quem sofre.

Murro no Estômago apresenta a violência doméstica sob diferentes perspectivas e numa dimensão inédita. Este livro é um apelo à ação, para que todos saibamos como podemos ajudar.

**Está nas mãos de todos nós
acabar com o fenómeno
da violência doméstica.**

COM A PARTICIPAÇÃO DE:

**Ana Teresa Silva • Aurora Dantier • Carlos Farinha
Carolina Reis • Cátia Rodrigues • Cristina Soeiro
Daniel Cotrim • Maria Fernanda Alves**

INFLUÊNCIA

um outro olhar

20|20 editora

ISBN 978-989-564-220-5



9 789895 642205

Temas Atuais